



CEDI - P. I. B.
DATA 10/12/86
COD. WTD 15

3

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
CONSELHO INDIGENISTA

EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELAZIA DE ITACATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACATIARA - AM.

A T A

DA 81ª SESSÃO, REALIZADA EM

24 DE JANEIRO DE 1975.

A vinte e quatro de janeiro de 1975, na Sede do Conselho Indigenista da FUNAI, na Guanabara, realizou-se a octogésima primeira sessão do mesmo órgão. Além do Presidente General Ismarth de Araújo Oliveira, compareceram os seguintes Conselheiros: Major-Brigadeiro Carlos Alberto Ferreira Lopes, Professor Padre Francisco Leme Lopes, Professor Manuel Diegues Júnior, Professora Maria da Conceição Moraes Coutinho Beltrão, Professor Solon Leontsinis e Dr. Luís Antônio de Patrício Ribeiro. Justificado o não-comparecimento do Professor David Azambuja e da Professora Marília Carvalho de Mello e Alvim. A convite do Sr. Presidente, também participaram da reunião os seguintes antropólogos: Professor Olympio Serra, Professor Hélio Rocha, Professor Ney Land, Professor Carlos Araújo Moreira e Professor Roberto da Matta. Foi a seguinte a Pauta da sessão.

I - EXPEDIENTE

1. Ata da sessão anterior: votação.
2. Problema dos índios Waimiri-Atroari.

II - ORDEM-DE-DIA

Regimento Interno do Conselho Indigenista: aprovação do texto definitivo a ser submetido ao Ministro do Interior.

I - EXPEDIENTE

Item 1EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELACIA DE ITACOATIARA
CAIXA POSTAL 25
CEP 69.100 - ITACOATIARA - AM.

Aprovada a ata da sessão anterior.

Item 2

O Presidente Ismarth Oliveira declarou que o objetivo principal da sessão era discutir o problema dos índios Waimiri-Atroari. Desejava conhecer, também, a opinião de elementos estranhos à FUNAI e, se possível, receber-lhes sugestões. Lembrou que o problema remonta ao tempo do SPI. Desde então, assinalou, vem-se tentando infrutiferamente a atração desses dois grupos tribais. Lamentou que a FUNAI não possua estudos nem subsídios acerca dessas comunidades que sirvam de indicação para condutas ou procedimentos futuros em relação a elas, em face de sua própria índole arredia. Saliou: "Os Waimiri-Atroari têm constituído problemas emocionais, não só no âmbito do nosso país como também no âmbito internacional. A Funai tem uma tarefa a cumprir, tarefa essa que, reconhecemos, é difícil; mas, dentro de sua missão precípua de preservação dessa comunidade indígena, tem de ser cumprida, independentemente de quais quer outras situações. Após este último massacre ocorrido, em que infelizmente, perderam a vida não só o sertanista mas também outros servidores da Funai, o problema está sendo revisto, no âmbito da Funai. Assim, desejamos ouvir outras opiniões a respeito. Há uma coisa que é certa: a decisão do Governo, que é irreversível, de continuar a estrada. Então, as nossas soluções têm de partir desta premissa: com a estrada. Evidentemente, seria muito fácil se pudéssemos optar — com ou sem a estrada — e apresentar solução para o problema. Mas uma alternativa já foi tirada — a da estrada parar. O Governo já definiu sua posição. Então, as nossas soluções imediatas e futuras têm que ser — como proceder com a construção da estrada em relação a essas comunidades. Daí a razão deste convite a elementos estranhos à FUNAI como também ao Prof. Olympio Serra, que é o Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas, e do Prof. Hélio Rocha Santos, que tem a seu cargo a Coordenação da Amazônia e a coordenação da atração dos índios Waimiri-Atroari." Prosseguiu o Sr. Presidente: "Talvez tenha havido erros da própria FUNAI com relação à estrada e a esses índios, porque, quando a reserva foi criada, a estrada já estava sendo construída. Praticamente houve uma inversão: a reserva foi implantada em cima da estrada, quando já se tinha conhecimento da existência daqueles índios. O artigo 198 da Constituição já dava margem para se saber disto. Dever ter havido, também, entrosamento entre os órgãos responsáveis pela construção e a própria Funai em aceitar as medidas preliminares, antes de se partir para a construção da estrada."

O Sr. Presidente propôs se estabelecesse um debate amplo e absolutamente franco, iniciando-se com o pronunciamento do Prof. Olympio

Serra. Este afirmou que "um dos caminhos para se conseguir um estudo amplo do problema e a formulação de sugestões práticas seria a instituição de um grupo-de-trabalho ou de um seminário permanente até se chegar a essas medidas práticas". O Sr. Diretor da DEP explicitou a proposição: "Esta proposta foi formulada concretamente a V. Exa. e a nossa intenção, quando falamos na proposta de representatividade, era, a um só tempo, tentar estabelecer um nível de discussão que fugisse a injunções políticas e injunções administrativas e em que houvesse oportunidade de um exame e de um estudo a esse nível. Poderia caracterizar um nível, digamos, acadêmico, isento de qualquer injunção, com a finalidade de fazer transpirar desse seminário e desse grupo-de-trabalho determinadas sugestões, variáveis no contexto em que está situado o problema. E uma das preocupações seria não só tentar trazer para esse seminário profissionais antropólogos de diferentes pontos do País, para, de um modo concreto, oferecer uma abertura de debate, mas fazer com que esse seminário se refletisse às suas regiões de origem, aos meios acadêmicos e à opinião pública. Mas o objetivo primário seria que esse nível desse condições de se sugerirem medidas práticas à FUNAI. E me arrisco a emitir minha opinião de discutir-se, também, a decisão da irreversibilidade da estrada, isto é, até que ponto, fora do contexto administrativo e político, encontraríamos essa viabilidade de sugerir, com medida prática, a discussão também de outros níveis políticos e outros níveis administrativos que não os que vêm sendo utilizados, no momento, para discussão. Esta nossa preocupação se deve a uma certa analogia que nos parece existir entre este momento e o em que nasceu o SPI. O problema da Estrada de Ferro Noroeste com as populações Kaingang gerou um debate nacional e obrigou a posição do Governo em relação às populações indígenas. E permitindo-me uma certa irreverência, parece que seria o momento de a FUNAI nascer mais maduramente e nascer com a capacidade de poder debater problemas nacionais, quando envolvam o destino dessas minorias. E, basicamente, nossa proposição se encerra aí, na possibilidade de se ter um grupo-de-trabalho ou seminário com esse nível ou com esse propósito, para que se possa estudar o problema à luz de todos os elementos que se exponham e, gradativamente, sugerir medidas práticas viáveis e de aplicações possíveis. Esta, a nossa proposição."

O Prof. Carlos Moreira Neto, secundando o Prof. Olympio Serra, recordou o problema dos Kaingang, "que se aproxima muito do problema dos Waimiri-Atroari, não só em relação ao quadro geral mas também numa série de detalhes". Disse: "Ambos os grupos tiveram um passado de mais de 100 anos de experiência extremamente negativa na sociedade nacional. Tanto os Waimiri-Atroari como os Kaingang tinham conhecido a face mais agressiva e mais dura da sociedade nacional, representada, fundamentalmente, nos dois casos, por uma sequência intensa de expedições militares, inclusive contra eles. Por outro lado, tratava-se, nos dois casos, de uma estrada de importância internacional. E toda a opinião pública brasileira havia sido mobilizada para o fato de que um pequeno número de grupos indígenas

hostis se opunham ao progresso e ao desenvolvimento do País. Houve um antropólogo brasileiro, de origem alemã, que chegou a sugerir, inclusive, o extermínio desse grupo, em nome do progresso. E disso nasceu uma celeuma que foi capitalizada de maneira extremamente feliz pelo Marechal Rondon e pelos seus auxiliares diretos, que criaram um clima muito favorável aos índios, através de debates públicos. Fizeram o índio voltar ao nível da consciência nacional. Na medida em que o índio deixa de ser um problema de áreas extremamente remotas do País e passa a ser tema de debate nacional, ele ganha uma importância considerável e chega ao nível de decisão muito alto da vida nacional. Acho que, se capitalizarmos esses incidentes de maneira positiva, mostrando que, atrás desse incidente lamentável, isolado, da morte desses servidores da Funai, existe um passado de traumatismo e violência e que se repete inexoravelmente, nós podemos dar uma 'virada' histórica como Rondon conseguiu, isto é, impor à consciência nacional um debate do problema indígena em toda a sua profundidade. O que me ocorre, e isto está claro para todos, é que a estrada é um mero começo de um processo de alargamento de ocupação inexorável na área. Não é uma estrada que passa numa reserva indígena. É todo um processo de transformação irreversível. Há ocupação dirigida e espontânea da área já em operação. Nós temos cópias por exemplo, de reivindicação de terra ainda no começo do século. Reivindicação de toda essa área, e já registrada em cartório, sem ações judiciais pertinentes. Então, a disputa por essa área não começa agora, com a estrada. Ela já data de muito tempo, na medida em que se possa alargar a discussão, trazendo a ela, inclusive, os órgãos responsáveis, na obrigação de se juntarem com a Funai na formação de uma política comum. Sem isto, é impossível. Não se trata, simplesmente, de pacificar os índios. Acho que esta tarefa da Funai de pacificar os índios para neutralizar sua reação, sem uma medida adicional, seria condená-los, inevitavelmente, a processos tão graves como os que aconteceram com os Krenakore. Como se trate de índios hostis, eles serão submetidos a uma violência maior ainda na sociedade regional. Então, precisamos armar esses índios. Não tomarmos medidas preventivas e eficazes, garantindo a eles a sobrevivência, parece-me que será condená-los, de antemão, a um processo de desagregação e violência. Creio que nenhum dos Srs. Conselheiros poderá concordar com isso. É nesse sentido que acho que a proposta do Prof. Olympio Serra é extremamente feliz, chamando gente responsável e ampliando a discussão, fazendo ganhar o debate esse nível realmente nacional que merece."

O Prof. Ney Land citou episódios antigos (1850) referentes a invasões de terras dos Wainiri praticadas com o apoio de força policial e do Exército, resultando na morte de centenas de índios. Disse: "A verdade é que só sabemos da morte de brancos e nada se sabe da morte de índios naquela área. Acho que uma solução só pode existir na medida em que um grupo-de-trabalho esteja presente na área e que, inclusive, a equipe de sertanistas da Funai que for tentar nova atração esteja sob as ordens desse grupo-de-trabalho, talvez encabeçada por um antropólogo." Acrescentou: "Ao meu ver, é preciso que

desse grupo-de-trabalho façam parte representantes dos órgãos que atuam na região. Do contrário, não adianta. Porque a Funai planeja, começa a executar e, depois, vem o IBDF, vem o INCRA, e no final a FUNAI é que é responsável por tudo. Então, acho fundamental que desse grupo-de-trabalho façam parte a SUDAM e os órgãos estaduais que estão tentando atuar na área. Mas que esse grupo-de-trabalho tenha poder de decisão, pelo menos na área, em relação ao índio. Que quando esse grupo mandar parar os trabalhos, tudo seja paralisado."

Declarou o Prof. Roberto da Matta: "Concordo inteiramente com o que foi dito e acho que mais importante do que a presença de antropólogo é a presença de pessoas que representem esses órgãos que atuam na área. É um problema que acho que todos aqueles que trabalharam com assuntos indígenas o reconhecem: é uma espécie de desentendimento absoluto que, sociologicamente, pode ser explicado, porque é extremamente funcional para as frentes de expansão. É um desentendimento que acaba facilitando o mau contato que leva à destruição das sociedades tribais. De modo que eu sugeriria algumas coisas em termos práticos. Seria importante uma reunião de âmbito nacional, porque o que resta à FUNAI é como que capitalizar um evento que, aparentemente, é muito negativo para o órgão e transformar esse evento numa coisa positiva, isto é, tirar dele o máximo. Então, teria que ser uma reunião de âmbito nacional, com a presença de representantes desses órgãos. De modo que, como a questão se coloca, eu teria a dizer o seguinte: temos uma antropologia suficientemente madura para que se possa dizer essas coisas sem criar problemas. E outra sugestão que acredito já tenha sido aplicada é a suspensão de quaisquer trabalhos na área. Isto é fundamental."

O Conselheiro Luís Antônio de Patrício Ribeiro aludiu à necessidade de promover-se um perfeito entrosamento entre os órgãos atuantes na área. Sublinhou: "A falta de entrosamento é uma das causas desses massacres."

O Prof. Moreira Neto referiu-se aos contatos realizados dentro e fora da área dos Waimiri-Atroari, esclarecendo: "Eles fazem o contato pacífico fora da área e são hostis dentro dela."

O Prof. Hélio Rocha Santos, corroborando a assertiva do Prof. Moreira Neto, mencionou os ataques efetuados pelos Atroari justamente nos postos que estavam instalados dentro do território deles. Opinando sobre o interesse do presente debate, disse: "Acho que nosso debate deverá ser amplo e exaustivo a ponto de levantar a opinião pública principalmente quanto a esse problema, porque ninguém tem consciência dele." Respondendo a indagação da Conselheira Maria da Conceição Beltrão acerca da situação da estrada, informou: "A estr."

está, no momento, paralisada, mas com vistas a prosseguir. Ela já atingiu o Rio Alalaú, tendo já atravessado toda a reserva." Enfatiza o Sr. Coordenador da Amazônia: "A meu ver, a primeira medida a ser tomada seria despertar a consciência nacional para o problema. É uma questão de honra nacional."

Declarou o Prof. Carlos Moreira Neto: "Creio que nenhum órgão pode falar com maior autoridade do que a própria FUNAI. Acho que é preciso que se abra uma discussão mostrando que, apesar de todo o sentido humanístico que Rondon imprimiu ao trabalho de assistência ao índio, continua violência. É necessário levarmos a fundo este fato de que, se esses índios estão reagindo, não é uma reação acidental de um grupo indígena; existe uma história negra, negativa, da sociedade nacional que precisa ser denunciada. Porque somente na base da denúncia é que se pode sensibilizar certos órgãos. Na medida em que se chega a esse nível de discussão é que se poderá sensibilizar certos setores do poder público e mostrar-lhes o seu próprio alheamento do problema. É um passo difícil, mas julgo que esse tipo de coisa precisa ser feito. Acho que há uma maneira de retomar a coisa, fazer um balanço e dizer: - "Qual o preço que os índios estão pagando pelo desenvolvimento regional do Amazonas?" Acho que um documento oficial seria um ato não só de extrema coragem como também de extrema lucidez, porque informaria aos órgãos responsáveis a verdadeira situação dos índios brasileiros. Nós temos escamoteado dados e na verdade a coisa tem se apresentado de forma muito mais otimista do que antes. Há 4 ou 5 anos atrás, numa área extremamente civilizada e tranqüila desapareceram 200 índios, e ninguém jamais explicou o que houve."

Disse o Sr. Presidente: "É evidente que o Presidente da FUNAI, para tomar decisões, tem que ser assessorado, para poder decidir bem. É um dos objetivos seria um assessoramento dentro do âmbito da FUNAI e fora da FUNAI. São perfeitamente válidas as observações feitas pelo Prof. Roberto da Matta, inclusive quanto a essa falta de entrosamento entre os diferentes órgãos do governo, com sérios reflexos para a FUNAI particularmente na área da Amazônia Legal. Por outro lado, o problema dos Waimiri-Atroari que se está levantando aqui é muito mais complexo porque tem uma amplitude bem maior. Já ocorreu com os Krenak na construção da Cuiabá-Santarém, está ocorrendo com os WAIMIRI-ATROARI e vai ocorrer, também, na construção da Perimetral-Norte. A Perimetral-Norte vai atravessar áreas onde existem comunidades indígenas de muito, particularmente entre Tabatinga e Cruzeiro. Então, se não houver esse entrosamento, esse diálogo, entre os órgãos do governo, vão-se repetir os mesmos problemas. Nós já sabemos, inclusive, que o governo não tem um traçado definitivo. Ainda estão mudando. E a FUNAI não é consultada. Apesar de a FUNAI procurar manter diálogo e ter feito contatos com os órgãos responsáveis na área, não há reciprocidade. Acho perfeitamente válido, digamos, se pudesse ser constituído um

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELAZIA DE ITACOAETARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACOAETARA - AM.

grupo-de-trabalho que fosse integrado por todos os órgãos que têm responsabilidade na área, como o INCRA, o DNER e todos os órgãos que vão operar naquela área. Mas acho que não compete à FUNAI criar esse grupo-de-trabalho. Isso teria que ser de um escalão de cima. Agora eu pergunto: caso esse grupo-de-trabalho não for aceito, que outras soluções poderiam ser dadas? A Associação Brasileira de Antropologia, por exemplo, não poderia levantar essa bandeira?"

O Conselheiro Luís Antônio de Patrício Ribeiro sugeriu a possibilidade de fazer-se contato com os Atroari por intermédio de um outro grupo tribal, os Wai-Wai.

O Prof. Hélio Rocha, corroborando a sugestão do Conselheiro Patrício Ribeiro, salientou que os Wai-Wai são amigos dos Atroari e que os idiomas dos dois grupos tribais são muito parecidos.

O Conselheiro Solon Leontsinis louvou a iniciativa do debate e a idéia da criação do grupo-de-trabalho. Afirmou que a FUNAI podia contar com a colaboração do Museu Nacional (do qual é Vice-Diretor). Disse julgar importante um estudo no sentido de esclarecer-se o que os índios realmente estão pensando a respeito da estrada.

O Professor Moreira Neto lembrou não ser esse um caso único, um caso isolado, excepcional, pois "todos os índios brasileiros que tiverem um mínimo de condições de reagirem, reagiram".

Sugeriu o Prof. Roberto da Matta sejam também convidados antropólogos estrangeiros para integrarem o grupo-de-trabalho, medida que a Conselheira Maria da Conceição Beltrão julgou de grande interesse.

Declarou o Conselheiro Carlos Alberto Ferreira Lopes: "Os antropólogos não devem esquecer que o que interessa ao Governo brasileiro é a integração do índio na comunidade nacional. Isto é pacífico e consta do Estatuto do Índio. É inexorável e faz parte do desenvolvimento do Brasil. Esse grupo Waimiri-Atroari, dentro da política do Governo, terá que ser integrado. Mas a estrada atende a diversos aspectos: políticos, econômicos e militares. Trata-se de território completamente isolado, porque o rio Branco não dá passagem durante todo o ano e tudo tem que ir de avião, até mantimentos. É caminho de fronteira. Por isso foi planejada. A estrada tem que ser construída. Agora, como conciliar a estrada com a integração do índio? Não devemos esquecer que a política oficial

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELAZIA DE ITACOATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACOATIARA - AM.

cial do Governo é integrar o índio e isto consta do Estatuto do Índio aprovado pelo Congresso."

O Prof. Moreira Neto sugeriu que se construa, com terras não-índigenas, entre a reserva e a área de ocupação regional, uma "área-tampão" que impeça o contato direto da população regional com a reserva e a esta propicie uma proteção capaz de evitar programas espontâneos de desenvolvimento implantados no interior. Seria uma área florestal que impedisse o convívio imediato, que leva sempre a invasões, à perda de território e criação de novos conflitos,

O Prof. Ney Land sugeriu providências no sentido de se evitar o desmatamento que estão efetuando no Alalaú, bem próximo das malocas indígenas, e de o BEC retirar, pelo menos durante seis meses, todo o seu pessoal de dentro da reserva, ao longo da estrada, ficando vedado nesse período, o ingresso de qualquer pessoa na área.

O Conselheiro Solon Leontsinis propôs o nome do Prof. Roberto da Matta para integrar o grupo como representante do Museu Nacional.

O Conselheiro Padre Francisco Leme Lopes sugeriu que se incluísse no grupo-de-trabalho um representante das Missões Religiosas.

O Prof. Roberto da Matta agradeceu, sensibilizado, o convite para participar da reunião.

Ao término dos debates, foram tomadas as seguintes decisões:

- a) que o grupo-de-trabalho se reunirá em Brasília;
- b) que se elaborará um documento de convocação dos elementos integrantes;
- c) que se convidarão para participar do grupo representantes do Museu Nacional, Museu Goeldi, Associação Brasileira de Antropologia, Missões Religiosas, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade de Santa Catarina, Universidade da Bahia, além de três antropólogos estrangeiros;
- d) que o grupo-de-trabalho deverá reunir todo tipo de informação de que venha a necessitar para o seu estudo e conclusões, efetuando uma análise de profundidade dos fundamentos da política indigenista brasileira;

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELAZIA DE ITAÇOATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CER 69.100 - ITAÇOATIARA - AM.

- e) que o grupo estudará o problema e suas diferentes conotações e apresentará sugestões a um segundo grupo para solução dos casos da Amazônia;
- f) que o segundo grupo ficará à disposição da FUNAI, assessorando-lhe a Presidência, para ser acionado em qualquer momento em que um contato seja pedido;
- g) que o segundo grupo será executivo, com nível de decisão, trabalhando na área e com liberdade de convocar profissionais para determinadas etapas das discussões.

O Presidente Ismarth de Araújo Oliveira, ao encerrar os trabalhos constantes deste item, agradeceu a excelente colaboração prestada pelos elementos estranhos à FUNAI - Prof. Roberto da Matta e Prof. Carlos Moreira Neto -, que aquiesceram em ajudá-la "neste momento de crise que ela está atravessando, permitindo, com o conhecimento e a vivência que têm do problema indígena, que a FUNAI possa partir para uma outra linha de atuação mais condizente com a sua finalidade". E acrescentou o Sr. General Presidente: "Nós reconhecemos, efetivamente, que a FUNAI ainda não está trabalhando nos moldes que seriam os desejados. Vários fatores influíram para que chegássemos a este ponto. Acredito que estamos fazendo um esforço para entrarmos num caminho mais certo, abrindo portas para que outros órgãos estranhos à Funai possam cooperar conosco. E pelo que temos sentido dessa colaboração, ela vem dando certo até agora. Estou convencido que a política que vem sendo adotada é a certa. Aquele isolamento em que a Funai tinha se colocado em querer resolver sozinha todos os problemas do índio significou praticamente uma paralisação de suas atividades. Melhor que eu, o Prof. Olympio Serra, que tem sido a mola-mestra desses contatos e dessa colaboração, poderá dizer do acerto dessa política. Tenho sentido o entusiasmo das Universidades, o entusiasmo de antropólogos tanto nacionais como estrangeiros que estão colaborando conosco. Acredito que, dentro de pouco tempo, possamos recuperar aquele tempo que foi perdido. E espero que outros elementos interessados venham também conungar conosco, no sentido da preservação desse resto de comunidade indígena que ainda existe em nosso país. Este é que tem que ser o nosso grande objetivo. Se o não conseguirmos, isto significaria a falência completa do órgão de proteção ao índio. De modo que muito agradeço, e queria justificar esta reunião no âmbito do Conselho, porque acho que o Conselho Indigenista, como órgão normativo e orientador e que oferece sugestões à Funai, teria todo o interesse em participar, também, desta discussão inicial. Então, quis reconhecer, mais uma vez, o prestígio do Conselho Indigenista, constituído que é por elementos de alta capacidade e igualmente interessados nos problemas indígenas de nosso país. A todos, muito obrigado!"

COPIA DE PASTORAL INDIGENISTA
PRELAZIA DE ITACOATIARA
CAIXA POSTAL, 25
CEP 69.100 - ITACOATIARA - AM.

II - ORDEM-DO-DIA

Foi unanimemente aprovado o texto definitivo do novo Regimento Interno do Conselho Indigenista a ser submetido ao Sr. Ministro do Interior nos termos do item IX do artigo 9º dos Estatutos da Fundação Nacional do Índio.

Ata redigida pelo Chefe da Secretaria do Conselho Indigenista, Mário Pompeu de Castro Ferreira, que a assina com o Sr. Presidente e Srs. Conselheiros.

Luiz de Oliveira
Kannamalya
Charles Emmanuel

Mário Pompeu

Luiz de Oliveira
Charles Emmanuel

Mário Pompeu